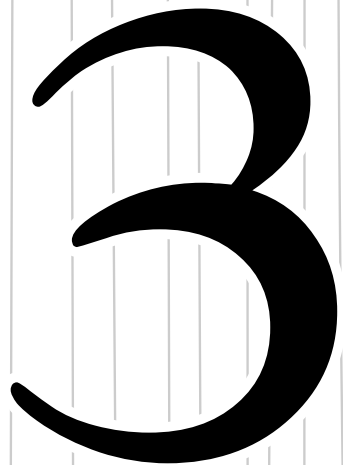


# **Heterossexualidade compulsória e *continuum* lesbiano: diálogos**

*Compulsory heterosexuality  
and lesbian continuum: dialogues*

**Elisete Schwade**

*Professora do Departamento de Antropologia da UFRN  
Doutorado em Antropologia pela USP  
eliseteschwade@gmail.com*



## Resumo

Este texto tem como objetivo situar algumas interpelações suscitadas pela leitura do artigo de Adrienne Rich, *Compulsory Heterosexuality*, destacando possíveis diálogos com questões atuais no campo de estudos de gênero e sexualidades. Formula indagações acerca das categorias centrais da autora, heterossexualidade compulsória e continuum lesbiano, situando-as em contextos e debates acerca da heterossexualidade como norma. Sugere a necessidade de desconstruir a imposição da heterossexualidade a partir da ênfase na mobilidade e flexibilidade das representações sobre o masculino e feminino que norteiam diferentes interações, revelando a dinâmica, os fluxos e processos nos quais gênero e sexualidade se inscrevem.

Palavras-chave: Heterossexualidade. Gênero. Universalidade.

## Abstract

This paper aims to situate some interpellation raised by the reading of Adrienne Rich's article, *Compulsory Heterosexuality*, detaching possible dialogues with current issues in the field of gender studies and sexuality. It brings up questions about the central categories of the author, compulsory heterosexuality and lesbian continuum, placing them in contexts and discussions of heterosexuality as a norm. It suggests the need to deconstruct the imposition of heterosexuality with the emphasis on mobility and flexibility of the male and female representations which guides different interactions, revealing the dynamic flows and processes in which gender and sexuality are inscribed.

Keywords: Heterosexuality. Gender. Universality.

A atualidade do texto de Adrienne Rich (1980) reside no fato de ele ser um dos pioneiros em apresentar uma importante categoria, a heterossexualidade compulsória, a qual, não obstante tenha um bom rendimento no campo da afirmação política, desde a década de 1970, está também inscrita em outras tantas polêmicas presentes nos diálogos acadêmicos que fomentaram a reflexão feminista naquele período e que continuam a alimentá-la em contextos atuais. A categoria heterossexualidade compulsória surge no sentido de um esforço de desnaturalizar a diferença entre os sexos, afirmando o caráter instituído e construído das premissas que norteiam a relação entre os sexos, as diferenças sexuais e as sexualidades. Tal discussão remete a aspectos importantes para o que se convencionou chamar, na contemporaneidade, *campo de estudos de gênero*, entrelaçados de modo particular com as questões relativas às sexualidades. Nesse sentido, o texto faz pensar em algumas tensões que assumem diferentes contornos nas críticas feministas, sobretudo aquelas que decorrem da relação entre a construção da luta política e o corolário necessário da universalidade de afirmação de categorias, tais como mulher, lésbica, entre outras. É necessário contextualizar a reflexão de Adrienne Rich nos diálogos com diferentes expressões de movimentos feministas, no sentido de conciliar tentativas de explicar a subordinação universal da mulher com diferenças internas ao movimento, envolvendo situações específicas como as de mulheres negras, lésbicas, entre outras. Tais diálogos podem ser historicizados também tanto no debate acadêmico, de modo especial no contexto dos primeiros movimentos, quanto no sentido de delinear o chamado campo de estudos de gênero<sup>1</sup>.

A força do texto de Rich é reconhecida por: 1) sinalizar que a heterossexualidade não é uma escolha, mas uma imposição que oculta e preconcebe normas, padrões e valores dos relacionamentos entre os sexos; e 2) argumentar a necessidade de dar visibilidade à ação de mulheres.

O destaque que eu gostaria de dar ao texto de Rich reside na forma como apresenta seu argumento central, uma vez que, associado à identificação da heterossexualidade compulsória, sugere que a força libertadora das mulheres encontra-se em outra categoria, a *existência lesbiana*. Com essa última categoria, Rich pretende se contrapor à representação hegemônica *do que as mulheres são*. Desse modo, identifica, em primeiro lugar, que as mulheres aparecem como portadoras de uma orientação sexual hétero/inata. Em seguida, como correlato, o fato de que aquelas que rompem com esse modelo o fazem em nome de uma *escolha* (de segmentos médios) da condição

---

<sup>1</sup> Para esse debate, ver, entre outros, Psicitelli (2004).

de lésbica, sempre como tradução de uma suposta amargura diante dos homens. Finalmente, ainda como parte dessa representação, agrega-se a essa constatação o questionamento acerca da ausência de menções a relações entre mulheres como companheiras de trabalho e parceiras em diferentes situações. Este é o quadro em que Adrienne Rich situa as duas categorias centrais de sua argumentação: heterossexualidade compulsória e *continuum* lesbiano. A ênfase é direcionada, então, à necessidade de recuperação da chamada *existência lesbiana*, contraposta às representações correntes *do que as mulheres são*. Tal ênfase faz pensar, remetendo novamente ao contexto, nesse momento especial da organização feminista e sua constante relação com o debate acadêmico, norteadas pela preocupação com pesquisas envolvendo diferentes situações vivenciadas por mulheres.

Heterossexualidade compulsória, como categoria, diz respeito à imposição de um modelo e conteúdo de relacionamento, entre homens e mulheres e entre mulheres, enfim, como definidor de relações sociais que são marcadas pela diferença naturalizada dos sexos. Rich entende que a dificuldade da crítica feminista em questionar a determinação heterossexual imposta às mulheres teve dois resultados, inter-relacionados: a) reforço da heterossexualidade enquanto compulsória e, portanto, naturalizada; e b) esse mesmo reforço como meio de ocultar o que a autora chama de *existência lésbica*, negando, assim, a possibilidade de considerar a especificidade dos conteúdos que norteiam relações entre mulheres. Ou seja: a heterossexualidade compulsória, enquanto modelo padrão de orientação das relações, não apenas fez com que relações homoafetivas entre mulheres (e entre homens, supõe-se) fossem inviabilizadas/ocultadas, como também impediu que se percebessem modelos diferenciados e alternativos, presentes nas relações de companheirismo entre mulheres, em diferentes situações.

Outro aspecto importante é certa normalidade atribuída à sexualidade também conectada à heterossexualidade compulsória como matriz heterossexual (BUTLER, 2003), associando a sexualidade às determinações valorativas e hierarquizadas do gênero, o que vem sendo retomado por diferentes autores, com destaque para a referência à matriz heterossexual enquanto modelo discursivo hegemônico que apregoa sexo estável e gênero estável, com âncora na coerência entre o gênero e o sexo<sup>2</sup>. Ou seja: um discurso sobre o sexo que vincula, estreitamente, gênero, sexualidade e heterossexualidade. A heterossexualidade, no raciocínio que a associa à atribuição de *compulsória*, situa-se, então, como categoria e visão ideologizada

---

<sup>2</sup> Sobre esta discussão, ver, entre outros, Braz (2007).

que forcem modelos de relacionamento em que a desvalorização do feminino organiza normas e padrões de conduta, para além das fronteiras dos relacionamentos entre homens e mulheres, impondo-se o masculino como englobante do feminino, com atribuição de superioridade, valor e hierarquia<sup>3</sup>. Nas palavras de Rich, a heterossexualidade é sempre situada como força poderosa, inclusive nos textos e na crítica feminista. Nesse contexto, o *continuum lesbiano* e a *existência lésbica* emergem como mais um argumento, a segunda categoria, em que a autora reporta ao reforço da heterossexualidade compulsória, desde que, afirma, a existência lésbica, quando mencionada, termine sendo erroneamente identificada com homossexualidade masculina ou então como um estilo de vida alternativo.

Ambas as categorias, a heterossexualidade compulsória e o *continuum* lesbiano, aparecem na argumentação da autora agregadas de um conteúdo político, o que faz com que sejam amplamente conhecidas e repetidas. De um lado, pelos movimentos que se contrapõem à homofobia, desde que o questionamento da heterossexualidade, como matriz e verdade, seja um forte subsídio para questionamentos dirigidos a práticas, orientações, escolhas e expressões do desejo, que não se enquadram nessa categoria, inclusive ultrapassando as fronteiras das referências gays e lésbicas e disseminando-se entre afirmações políticas de diferentes referências e experiências relativas às sexualidades – travestis, transexuais, transgêneros. De outro, a alusão e indicação da necessidade de explicitação de relações que envolvem mulheres, vínculos que, segundo pode-se depreender da leitura do texto, remetem a um conteúdo específico.

O texto se articula, assim, com outros diálogos que se referem à desnaturalização proposta no questionamento e identificação da chamada heterossexualidade compulsória, os quais aparecem em abordagens/autoras identificadas com diferentes correntes feministas da década de 1970, sobretudo a explicitamente denominada feminismo lesbiano, apontando para a problemática da identidade do próprio movimento.

Sobre a heterossexualidade compulsória, Rubin (1993, p. 29) também afirma que existe uma estreita relação entre a obrigatoriedade do heterossexualismo e a repressão à sexualidade da mulher. Fazendo referência ao sistema sexo-gênero, Rubin afirma que gênero não é apenas a identificação com um sexo: ele obriga também a que o desejo seja orientado para o outro sexo.

Outro aspecto importante do diálogo de Rubin com Adrienne Rich aparece em uma referência explícita a uma entrevista que Rubin concedeu a

---

<sup>3</sup> Pensando hierarquia como englobamento do contrário, ver Heilborn (1998), Dumont (1995).

Judith Butler (2003). Nessa entrevista, Rubin, por meio da ênfase em *práticas sexuais* na definição de lesbianismo enquanto forma de identificação mútua entre mulheres, traz elementos importantes para pensar um dos aspectos que considero dos mais instigantes em todas essas referências coetâneas acerca da heterossexualidade, qual seja, o da especificidade dos conteúdos, formatos e práticas das relações entre mulheres – que estaria sugerindo uma *especificidade feminina*? Retomo esse aspecto adiante. Interessa destacar aqui certa coalizão de ideias no que se define como *lésbica*, presente, sobretudo, na necessidade de distinguir *práticas* sexuais de diferenças sexuais (estas últimas, no diálogo que Rubin estabelece com Judith Butler, na entrevista citada, associadas ao gênero).

Também Wittig (1992) é conhecida pela sua referência à heterossexualidade como fundante da sociedade e suporte para a opressão de lésbicas, gays e mulheres, ao fazer uma distinção e apresentar a noção de que “uma lésbica não é uma mulher”, já que mulher representa a relação direta do domínio heterossexista<sup>4</sup>. Wittig direciona seus argumentos na identificação de uma tendência universalizante do que chama pensamento hétero, no sentido de orientar todas as relações humanas e produzir conceitos, inclusive relegando a existência da homossexualidade, lesbiandade. É nesse contexto que a autora situa a sua afirmação de que a lésbica não é uma mulher: homens e mulheres, diz a autora, são produções do pensamento hétero e instauram a distinção entre sexos. Esse argumento corrobora com a necessidade de desconstruir a diferença naturalizada entre os sexos.

Dessa forma, o diálogo que se estabelece nas abordagens específicas e circunstanciadas das três autoras, Rich, Wittig e Rubin, pode ser identificado, por um lado, na referência à chamada heterossexualidade, seja referida como obrigatória, seja como compulsória; por outro, no seu correlato, na necessidade de explicitar e enfatizar relações outras possíveis no campo das sexualidades, no caso, a referência à existência lésbica e à sugestão de certa especificidade associada a essa condição, seja como prática entre *mulheres*, seja em contraposição à categoria *mulher*, no caso de Wittig. As críticas das autoras remetem a um contexto de questionamentos da produção de universais e verdades sobre o sexo, sobre homens e mulheres.

Na atualidade, em tempos que se discutem sexualidade e atribuições relativas ao masculino e ao feminino a partir de uma perspectiva de gênero, a referência à heterossexualidade como normativa, imposta e construída parece

---

<sup>4</sup> Ver a interessante discussão de Butler (2003), autora que dialoga com as formulações de Wittig acerca das marcas de gênero e distinções sexo/gênero. Ver também o comentário de Lessa (2007).

reconhecida<sup>5</sup>. Porém, um aspecto importante merece ser retomado, desde que a menção à heterossexualidade compulsória apareça com conteúdo argumentativo que permita associá-la ao *continuum* lésbico e à existência lésbica, categorias, no texto de Rich, situadas como possibilidade de acesso à especificidade de ações empreendidas por mulheres, mencionadas, por exemplo, pelo ocultamento ocasionado na imposição do modelo da heterossexualidade compulsória a da existência de viúvas, de solteiras, de bruxas. De fato, Rich atribui em todas as atividades desenvolvidas por mulheres uma *orientação* masculina, ou seja, todas as orientações, mesmo naquelas tarefas designadas como femininas, tais como o cuidado de crianças, sempre seriam dadas por homens. Desconstruir, nesse contexto, implica reconhecer o conteúdo sexista que permeia todas as relações, imposto, atribuído e culturalmente definido.

Não obstante a importância de tais leituras, em se tratando de argumentos políticos, emerge de imediato a indagação acerca do peso atribuído a tal separação de esferas, a saber, um domínio do masculino – no caso das referências da autora –, dos *homens*, a ser denunciado e, na mesma direção, uma existência feminina (lésbica) a ser revelada. Associada a essa separação, está a universalidade, na medida em que a referência se contextualiza em argumentos que sugerem tal caráter. Nesse sentido, por mais que argumentos direcionados à necessidade de recuperar a existência lésbica como portadora de um conteúdo *outro* nas relações sociais (Rich), que está sugerido também na noção de que *uma lésbica não é uma mulher* (Wittig), nos dêem suporte para questionar o caráter construído e sexista das diferenças entre homens e mulheres, a afirmação da existência lésbica não implicaria nova constatação de *diferenças*? Com relação à heterossexualidade, cabe perguntar em que medida a indagação sobre a sua universalidade encontra sintonia no questionamento de outros universais, tal qual a própria ideia de um feminino que expressa, por exemplo, hierarquia na relação masculino/feminino. Em outros termos, indagar a universalidade da heterossexualidade e avançar nesse campo significa também questionar a universalidade de um feminino. Esses questionamentos, ainda que mais marcadamente presentes no período em que essas autoras escreveram os textos citados, com frequência reaparecem, como exemplo, no retorno da categoria *mulher* no debate feminista contemporâneo. (PISCITELLI, 2004). A questão se estende, também, à pergunta sobre o que significa tornar-se lésbica,

---

<sup>5</sup> Entendo como perspectiva de gênero a incorporação da desconstrução e desessencialização de todas as práticas relacionadas aos papéis masculinos e femininos, da sexualidade a todas as dimensões do mundo social, entendido, a partir dessa ótica, como permeado pelo entendimento construído do gênero.

existência lésbica: Wittig afirma que uma lésbica não é uma mulher; Rich sugere a especificidade da relação lésbica, quando essa proposta se opõe à identificação da condição de lésbica com a homossexualidade masculina ou uma *opção* de segmentos médios. Existência lésbica e *continuum* lesbiano adquirem, assim, inteligibilidade, como construção no campo da luta política. Contudo, se nessa referência à necessidade de recuperar a especificidade dos atos, contextos, relações, espaços, enfim, da *ação feminina*, reside a força do argumento, nele pode estar também a mais evidente fraqueza, desde que remeta de imediato à categorização de diferenças. A autora estaria sugerindo uma *cultura de mulheres*, específica, única, diferente? Quais são as implicações de se pensar na especificidade das relações entre mulheres, em diferentes direções: como *diferença* (ênfatizando o *continuum* lesbiano) ou em contraposição à heterossexualidade compulsória? O que significa pensar na distinção das relações homoeróticas, em distintos contextos?

O que nos interpela no texto de Rich, extensivo ao diálogo que se pode identificar com outras autoras, não é o argumento político que deve, sim, estar pautado na afirmação de bandeiras que remetem a questões universalizantes (ou à homogeneidade da condição das mulheres). No entanto, na medida em que heterossexualidade compulsória e *continuum* lesbiano são apresentados como categorias de análise, podemos identificar a dificuldade, inerente, talvez, ao período, mas presente ainda em dias atuais, de levar adiante e radicalizar a desconstrução, desde que isso implique questionar *todas* as dicotomias e binarismos: como pensar na especificidade feminina e simultaneamente assumir o conteúdo contextual e relacional dos parâmetros que norteiam diferentes relações entre homens e mulheres, entre mulheres e entre homens?

Como sublinha Butler (2003), autora que se inspirou em Rubin e Rich para a construção de suas reflexões sobre a matriz heterossexual, e que dialoga com Wittig acerca das sugestões presentes na ênfase ao ser lésbica como recusa da heterossexualidade, é necessário questionar a noção de “mulheres” como sujeito do feminismo, de todos os feminismos, uma vez que o sujeito “mulheres” não deve ser presumido, mas sim entendido como formado no interior de um campo de poder. (BUTLER, 2003, p. 22-23). Penso, aqui, nos ensinamentos advindos de pesquisas acerca das relações entre mulheres, mulheres e homens e entre homens, em diferentes contextos, tais como violência, sexo turismo, entre outros, os quais sinalizam a necessidade de refletir sobre a inscrição dos discursos – e das práticas – relativos às sexualidades em fluxos, processos, o que permite perceber mobilidades e dinâmicas veladas por categorias predefinidas.



Nesse sentido, assumindo ainda na atualidade a validade dos questionamentos direcionados à definição normativa das sexualidades, inclusive com as possíveis associações à chamada heterossexualidade compulsória, penso que é necessário enfatizar também a dificuldade, evidente no texto de Rich, mas presente em tantas outras discussões, de radicalizar o projeto de desconstrução: assumir o caráter performático, no sentido assinalado por Butler, com o pressuposto da não fixidez das referências identitárias de gênero e sexo, uma vez que, como bem enfatiza Stolke, fazendo referência a Butler,

[...] la teoría preformativa no se limita a examinar cómo el sistema de sexo/género, en tanto que conjunto de normas reguladoras, construye las identidades de género sino que presta especial atención a las ambivalencias y multiplicidades que emergen en la formación de subjetividades y en las prácticas. Desde el punto de vista performativo el género se convierte en algo que se hace en vez de ser algo que se es. (STOLKE, 2004, p. 100).

Assim, reconhecendo ainda a validade de pesquisas sobre diferentes relações, de modo especial entre mulheres, tal como sugere Rich, elas devem dar acesso à percepção, à mobilidade e à flexibilidade das representações sobre o masculino e o feminino que norteiam tais interações, revelando a dinâmica, os fluxos e os processos nos quais gênero e sexualidade se inscrevem. Desde que se admitam a especificidade e a amplitude de referências, o que faz questionar, inclusive, uma suposta existência lésbica, tão enfatizada no texto de Rich. Questionamento que me parece sugerido na ênfase de Rubin acerca das práticas sexuais, as quais efetivamente interrogam essencializações em torno de categorias, tais como gays e lésbicas, abrindo para a possibilidade de pensar situações *trans* – e trânsitos – entre diferentes possibilidades do desejo, sem estarem inscritos em corpos, espaços, trejeitos e objetos identificados binariamente ao masculino e/ou feminino.

Para isso, no entanto, é preciso ir além da especificidade da existência lésbica, abrindo espaço para as múltiplas formas que ela pode assumir. Não é essa a sugestão de Adrienne Rich, quando afirma que ninguém se pergunta se a heterossexualidade poderia ter outro significado em outros contextos, como exemplo, na ausência do caráter impositivo e/ou em relações mais igualitárias? Tal conteúdo e significado, me parece, não podem ser atribuídos a uma especificidade referente a relações entre mulheres, tendo no desvelar do *continuum* lesbiano ou existência lésbica sua âncora argumentativa.

## Referências

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRAZ, Camilo Albuquerque de. *Macho versus Macho: um olhar antropológico sobre práticas homoeróticas entre homens em São Paulo*. *Cadernos. Pagu* [Campinas: editora da UNICAMP, n.28, 2007, pp. 175-206.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- HEILBORN, Maria Luiza. Gênero: um olhar estruturalista. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998.
- LESSA, Patrícia. O feminismo-lesbiano em Monique Wittig. *Revista Ártemis*, João Pessoa, v. 7, dez. 2007.
- PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e do feminismo. In: COSTA, Claudia; SCHMIDT, Simone. *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2004.
- RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality. *Signs*, v. 5, n. 4, p. 631-660, summer 1980.
- RUBIN, Gayle. Tráfico sexual – entrevista: Gayle Rubin com Judith Butler. *Cadernos Pagu*, n. 21, p. 157-209, 2003.
- RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do sexo. Tradução SOS Corpo, 1993. (Tradução do original: RUBIN, Gayle. *The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex*. In: REITER R. (Ed.). *Toward an Anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975).
- STOLKE, Verena. La mujer es puero cuento: la cultura de genero. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, 2004.
- WITTIG, Monique. *The straight mind and other essays*. Boston: Beacon, 1992. Disponível em: <[http://www.4shared.com/get/228997767/f160ee2c/O\\_Pesamento\\_Htero.html](http://www.4shared.com/get/228997767/f160ee2c/O_Pesamento_Htero.html)>. Acesso em: 20 mar. 2010.